

Ulysses garantiu votação do mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A concordância do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães em votar a fusão da emenda Mathias Iensen representou a última garantia que os cincoanistas precisavam para a apreciação do mandato de Sarney. As negociações pela fusão começaram na noite de quarta-feira, tendo à frente o suplente de deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG). Apreensivo com a negativa do pedido de prorrogação da sessão da Constituinte, ele iniciou seus contatos em plenário.

"Conversei com Mário Covas e Nelson Jobim, que consideraram a fusão regimental, mas, é claro, não se dispuseram a ajudar em nada", contou Israel Pinheiro Filho. Entendendo a posição de Covas como um "sinal verde", ele foi para a residência do ministro Renato Archer, onde estavam o ministro Luiz Henrique, o líder Ibsen Pinheiro e os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Ubiratan Aguiar (PMDB-CE).

Na reunião foi sugerida a saída para um problema técnico: no texto do Centrão não há referência ao mandato de Sarney, apenas aos dos governadores e prefeitos. A opção seria utilizar todas as emendas existentes, como as de Basílio Vilani (PMDB-PR) e Bonifácio de Andrada (PMDB-MG), suprimindo a parte

em que falam dos mandatos dos prefeitos por ser matéria polêmica.

O grupo comunicou a estratégia a Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, que permaneceu irredutível em não aceitar qualquer tipo de fusão da emenda Iensen. Uma nova reunião foi realizada na casa de Ulysses Guimarães, que recebia a visita do governador gaúcho Pedro Simon. Foi o deputado Cid Carvalho quem tomou a iniciativa de ligar para o presidente Sarney, expondo-lhe a posição de Sant'Anna. De Sarney, ele recebeu a promessa de que iria interceder para que o líder governista aceitasse a fusão. Ao mesmo tempo, Ulysses Guimarães ligou para Paulo Afonso, secretário-geral da Mesa da Constituinte, para se certificar da possibilidade regimental da fusão das emendas, no que foi tranquilizado. O primeiro passo estava dado e as negociações foram deixadas para o dia seguinte.

Ontem pela manhã, Luiz Henrique, Ibsen Pinheiro, Israel Pinheiro, Ubiratan Aguiar e Cid Carvalho tiveram novo encontro com Ulysses para falar sobre a fusão. "O caminho é esse", disse Luiz Henrique. O deputado Ubiratan Aguiar prontificou-se então a ir até Sant'Anna. E do líder do governo, ouviu: "Da minha parte não há mais objeção, desde que tenhamos do dr. Ulysses a garantia de que ele acolherá a maté-

ria e irá colocá-la em votação em primeiro lugar". E acrescentou: "O mandato do presidente da República e dos atuais governadores não deverá terminar a primeiro de janeiro e sim a 15 de março, para que eles não tenham diminuídos seus períodos de governo".

Pouco antes, Carlos Sant'Anna já havia recebido um outro emissário, com a mesma missão, desta vez do Palácio do Planalto: o subchefe do Gabinete Civil para assuntos parlamentares, Henrique Hargrives. Com o texto de fusão de emendas já pronto, todos foram para o gabinete de Ulysses, que consultou novamente Paulo Afonso sobre os requisitos regimentais. A resposta foi positiva.

"Como se trata de matéria regimental, que já foi feita tantas vezes, não há por que não acolher", disse Ulysses, tranquilizando o grupo de interlocutores. O próximo passo foi dar entrada ao requerimento de fusão, apreciado seis horas depois. Todas as negociações foram acompanhadas, pelo telefone, pelo ministro da Habitação, Prisco Viana, que estava em um dos gabinetes das assessorias parlamentares. Quando Ulysses Guimarães comunicou ao plenário que cumpriria o regimento da Constituinte, todos entenderam que ele colocaria em votação a fusão da emenda Iensen, garantindo os cinco anos para Sarney.



Negociação para votar fusão

Quem ganha

Antônio Carlos Magalhães — Foi o principal responsável pela estratégia da guerra dos cinco anos, que começou a montar no mesmo instante em que a Comissão de Sistematização da Constituinte decidiu que o inquilinato de José Sarney no Planalto só iria até março de 1989. Se o governo tivesse um primeiro-ministro, Antônio Carlos seria indicado para o cargo por Sarney.

Prisco Viana — Nomeado para o Ministério da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, abriu os cofres federais para os amigos e escondeu as chaves dos adversários. Com esse jogo duro, conseguiu algumas adesões inesperadas. No momento se dedica a empurrar para fora do PMDB, ao qual se filiou, correligionários que o combatiam quando era secretário-geral do PDS.

Borges da Silveira — Chegou ao Ministério da Saúde há apenas sete meses. Nesse curto período, antes que o País pudesse decorar seu pre-

nome — Luís Carlos —, aprendeu que muitos constituintes só dão quando recebem e distribuiu mais prendas que todos os seus antecessores da Nova República reunidos. Já é candidato ao governo do Paraná na sucessão de Alvaro Dias.

Thales Ramalho — Sempre discretíssimo, transformou em profissional seu gabinete no 3º andar do Palácio do Planalto e recebeu, nos últimos dias, pequenas proclamações de constituintes, a maioria dos quais nordestinos, aparentemente relutantes quanto à duração do mandato presidencial. A julgar pelos resultados da votação, Thales foi muito convincente.

Leônidas Pires Gonçalves — Administrador da frota de Urutus, não precisou fazer longos discursos para influenciar a votação na Constituinte. Bastaram alguns recados e gestos, todos destinados a lembrar que os militares não gostariam da realização de eleições presidenciais em 1988.

Quem perde

Mário Covas — Começou o ano como líder do PMDB na Constituinte e candidato à Presidência da República. Antes que o inverno chegasse, perdeu a liderança de fato, perdeu quase todo o espaço no seu partido e perdeu qualquer chance de disputar a presidência. Terá de migrar para outra legenda a conformar-se com uma eventual candidatura ao governo paulista.

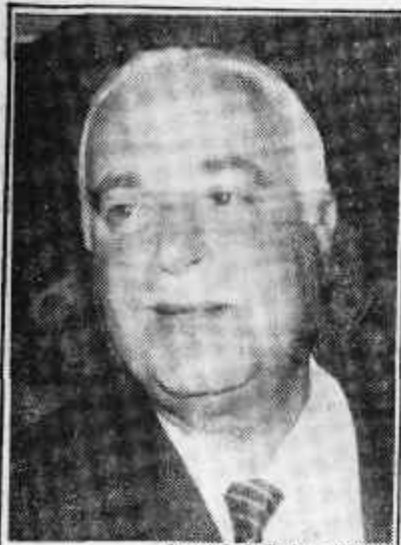
José Richa — No começo da Nova República, era um dos interlocutores preferenciais do presidente Sarney e dialogava fluentemente com chefes militares, sobretudo com o general Leônidas Pires Gonçalves. Esses canais estão entupidos há meses e quem conversa pelo Paraná com o poder é agora o governador Alvaro Dias, virtualmente rompido com Richa.

Leonel Brizola — Teve novamente adiada a materialização do sonho das diretas-já, que ocupa suas noites (e seus dias) desde 1984.

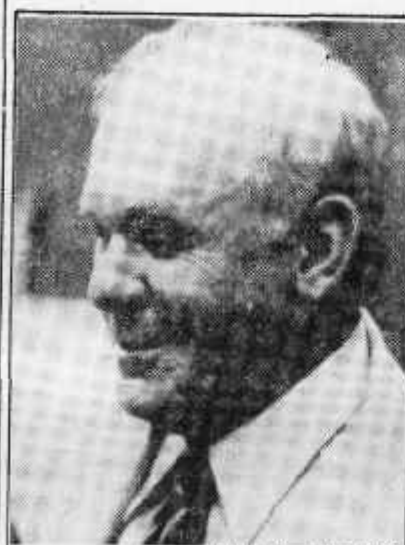
Ganha algum tempo para fortalecer... o ainda flácido PDT e convencer os militares de que não é um lobo com pele de cordeiro. Dispensado da realização de comícios, poderá procurar com menos pressa um candidato a vice.

Fernando Henrique Cardoso — Acrescentou mais uma conta a um já notável rosário de derrotas. Vai para um novo partido com um discurso francamente oposicionista, recheado de críticas tanto ao presidente José Sarney quanto ao governador Orestes Quéricia. Pretende, de agora em diante, martelar a tecla do combate à corrupção.

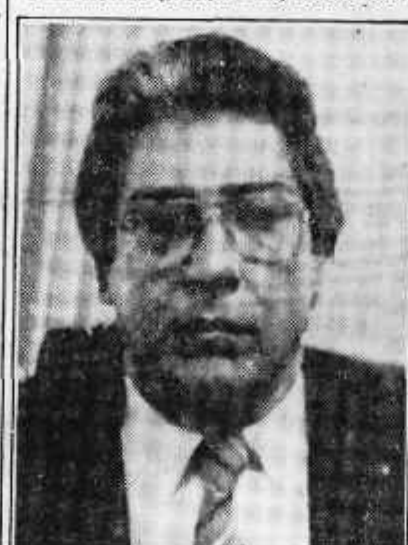
Luiz Inácio Lula da Silva — As tentativas de ressuscitar a campanha das diretas-já, teimosamente ensaiadas por Lula e seu PT, colidiram com a apatia da população. Candidato à sucessão de Sarney, ele pôde recolher mais evidências de que o PT ainda não consegue mobilizar, sozinho, faixas consideráveis do eleitorado.



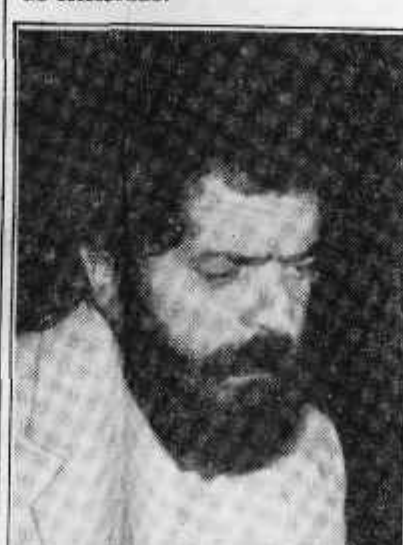
José C. de Freitas - 12288
Antônio Carlos Magalhães



Alencar Monteiro - 6380
Thales Ramalho



23387
Mário Covas



Alencar Monteiro - 14587
Luiz Inácio Lula da Silva